

APRESENTAÇÃO

EDUCAÇÃO DO CAMPO: ATUALIDADE, PRÁTICAS E DESAFIOS

A Educação do Campo, no Brasil, emerge da situação educacional dos que produzem sua vida no campo, tendo como perspectiva uma educação de cunho emancipatório e vinculada a um projeto societário de base popular (CALDART, 2009). Constitui-se com densidade, força, de modo coletivo e, em dado momento, como se verá nos artigos desse dossiê, consegue estabelecer uma relação com o Estado que suscita esperanças, no que diz respeito ao atendimento da demanda reprimida de educação dos povos que vivem no campo; a incorporação das propostas do Movimento por uma Educação do Campo; e ao cumprimento do preceito constitucional que explicita o direito a educação de todos os brasileiros.

Essas demandas, no entanto, são assumidas pelo Estado brasileiro em um contexto de crise do capitalismo em nível global, que induz um redirecionamento do padrão de acumulação do capital e dos padrões de sociabilidade (KATZ, 2016). No Brasil, por exemplo, uma das consequências desse redirecionamento, que contou com a presença do Estado, constrói a hegemonia do agronegócio, como modelo de produção no campo, a partir de mudanças profundas na estratégia de produção, que precariza e intensifica relações de exploração (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

E é nesse cenário, em que as reconfigurações entre capital, trabalho, estado (política) e cultura (ideologia) vêm aprofundando desigualdades e provocando a desconstituição de direitos socioculturais duramente conquistados; assim como a recolocação da educação na direção desse direcionamento societário, que esse dossiê é proposto. Nos artigos estão contidas diferentes iniciativas de investigações, na Educação do Campo, que traduzem parte do acumulado de diferentes Universidades, que incidem na atualidade, na formulação teórica, nas práticas cotidianas, em processos educativos escolares e não escolares, e indicam desafios.

Situadas no âmbito da teoria crítica, ainda que com especificidades teóricas metodológicas, as pesquisas, em uma atualidade que é de resistências, de um lado afirmam a Educação do Campo, enquanto uma concepção educativa que interessa aos

sujeitos que, no campo, produzem suas vidas e, de outro, contribuem para o intercâmbio, atualização e adensamento do debate em temáticas pertinentes e caras a mesma. O que se apresenta, na continuidade dessa introdução, é um breve panorama do que os leitores encontrarão em cada um dos artigos que compõem esse dossiê.

Realizar uma análise das políticas públicas em Educação do Campo a partir do “Estado da Questão” de trabalhos apresentados nas 36^a, 37^a e 38^a reuniões anuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPED) é o que propuseram Conceição Paludo e Simone Valdete dos Santos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A análise entrelaçada, a temática e a temporalidade da escrita, permite vislumbrar a existência de três momentos intimamente relacionados, mas distintos, na constituição, implementação e nos avanços e recuos da Educação do Campo como política pública. Diante do cenário político, econômico e social atual, ditado pelas forças hegemônicas que estão no poder, a análise realizada também detecta um descompasso entre a política pública de restrição e desconstituição dos direitos a educação dos sujeitos que vivem no campo, e a afirmação das matrizes constitutivas da concepção de Educação do Campo, que é resultante do processo de luta dos movimentos sociais do campo nas duas últimas décadas.

Os pesquisadores portugueses Luís Alcoforado da Universidade de Coimbra, Mafalda Frias Doutoranda em Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, António Rochette Cordeiro da Universidade de Coimbra e António Castro Fonseca da Universidade de Coimbra compartilham sua análise no artigo intitulado: “Educação e (não) Trabalho: indagações sobre uma relação sempre controversa, a propósito dos jovens que não estudam nem trabalham”, os jovens “nem nem” como estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam na “Síntese de Indicadores Sociais 2017”¹, quando a proporção dos chamados “nem-nem” cresceu de 22,7% em 2014 para 24% em 2015, após dois anos de estabilidade. Tal situação não é diferente em Portugal, tampouco nos países da União Europeia, sendo a pesquisa orientada para uma revisão documental sobre a situação na União Europeia e em países de diferentes continentes, conjugada com a apresentação de um estudo português que envolveu

1 Conforme pesquisa no site: <http://www.valor.com.br/brasil/5228939/crise-faz-aumentar-o-numero-de-jovens-nem-nem-aponta-ibge> Acesso em 29/10/2017.

705 jovens entre 25 e 34 anos sobre as inserções do jovem na escola e no trabalho. A conclusão do artigo propõe uma reflexão crítica sobre a relação entre a educação e o (não) trabalho, para o caso concreto dos jovens adultos, confrontados com processos de transição.

O trabalho desenvolvido por Leônidas Roberto Taschetto e José Fabiano de Paula, do Centro Universitário La Salle, de Canoas, RS, remete a pensar no êxodo Rural, especificamente o ocorrido no extremo oeste catarinense, a partir de conceitos relacionados ao espaço e tempo, inferindo-os como importantes ferramentas para pensarmos o passado, o presente e, quiçá fazermos projeções sobre o futuro. O texto defende a ideia de que nossa percepção de tempo e espaço é produzida por questões econômicas e socioculturais, tanto no espaço urbano quanto no rural e, neste sentido, o artigo “tenta estabelecer uma relação entre o êxodo rural e a comunidade regional do extremo oeste de Santa Catarina, buscando assim no tempo e no espaço algumas das condicionantes para a realidade existente na educação destes jovens camponeses”. A partir de um farto material empírico, o artigo aponta que diferentes percepções de tempo e espaço podem construir sentimentos topofóbicos e favorecer a saída do campo de jovens que buscam na cidade alternativas de vida. O desafio que se coloca à Educação do Campo diz respeito à necessidade de estarmos atentos as diferentes temporalidades que cercam os sujeitos do campo que, muitas vezes, sugere o campo como um espaço que abrigaria condições ultrapassadas.

O artigo de Maria do Socorro Silva, da Universidade Federal de Campina Grande, propõe refletir sobre o papel Político-Epistemológico e Pedagógico desempenhado pela Educação do Campo no fortalecimento da Educação Popular no Brasil. Para esta empreitada a pesquisadora analisou a influência do colonialismo europeu na constituição identitária do campesinato, a escola do campo que, em uma perspectiva urbanocêntrica, foi idealizada em uma lógica de subalternização e que atualmente insere-se na lógica da competência e dos indicadores de desempenho e, por último, a organização do Movimento Político-Epistemológico e Pedagógico da Educação do Campo, como um movimento de superação deste cenário.

Partindo das bases teóricas da Educação do Campo: a Pedagogia Socialista; a Educação Popular; a Pedagogia do Movimento Sem Terra e a Pedagogia da Alternância, Natacha Eugênia Janata e

Edson Marcos de Anhaia, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), buscam identificar as articulações e os fatores ainda limitantes da formação de professores, em específico os referenciais teóricos basilares pensados para a Educação dos povos do campo e as Licenciaturas em Educação do Campo. Após discorrer sobre estes quatro pressupostos histórico-teóricos da Educação do Campo os autores apontam que a Educação Popular tem tido centralidade nas experiências pedagógicas brasileiras, ultrapassando o âmbito da “educação não formal e imprimindo suas marcas nas práticas dos mais distintos movimentos e instituições ligados à educação.” No que tange as Licenciaturas em Educação do Campo, reafirmam sua origem ligada as lutas dos movimentos sociais do campo. No entanto, defendem que não basta ter sido uma derivada ou um produto das lutas, faz-se necessário concebê-la como produtora de lutas. Para isto será necessário manter o compromisso com os pressupostos histórico-teóricos que a fizeram emergir.

Maria Antônia de Souza e Valdirene Manduca de Moraes, da Universidade de Tuiuti, de Curitiba, PR (UTP), levam a refletir no papel desempenhado pelos Movimentos Sociais no que tange a formação de professores para a Educação do Campo, especificamente as Licenciaturas em Educação do Campo. Para as autoras, fazer análises dos cursos superiores voltados para a formação de professores implica, necessariamente, pensar um curso e uma escola que não se omita em relação à dinâmica dos movimentos sociais e da vida dos sujeitos do campo. Partindo desta premissa, tais cursos se diferenciariam das demais licenciaturas, porque além da formação teórica sólida na área de formação escolhida, os mesmos deveriam afirmar cotidianamente a politicidade do conhecimento e a função social da escola, por intermédio do reconhecimento das contradições que marcam o território camponês, seja pela valorização de seus saberes, seja na luta pela reforma agrária. As autoras vão traçando a história da emergência das Licenciaturas em Educação do Campo e as problemáticas geradas pela ampliação da oferta de cursos no território brasileiro. Dentre elas estão situadas à falta de experiência de muitas instituições com as propostas iniciais da Educação do Campo e a desvinculação dos movimentos sociais. Aliam-se a isto os impasses gerados pela institucionalidade governamental, tanto em universidades como em escolas públicas que dificultam a consolidação de um curso comprometido com a luta pelo direito a

uma educação de qualidade e pela construção de um novo projeto societário.

O artigo de Verônica Mittmann e Cláudia Glavam Duarte, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), busca entender a opção feita pelas Licenciaturas em Educação do Campo pela interdisciplinaridade. Assim, analisando os textos de pesquisadores vinculados a Educação do Campo, as autoras vão identificando que a interdisciplinaridade se sustenta pela necessidade de ampliação das escolas do campo, com a oferta das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio, pela possibilidade de facilitar o exercício coletivo de docentes com a criação de novos planos de ensino e, principalmente, pela concepção de realidade, ou seja, a complexidade do real necessitaria de uma compreensão que rompa com as fronteiras disciplinares. Este terceiro argumento, segundo as pesquisadoras, encontra ressonâncias nas enunciações proferidas por licenciandos em Educação do Campo da UFRGS, campus Litoral Norte, pois, para estes educandos a interdisciplinaridade seria condição para apreensão e transformação da realidade. Assim, a interdisciplinaridade não negaria as disciplinas, mas entenderia que o desvelamento do real se tornaria possível à medida que cada disciplina contribuísse com conhecimentos de sua área.

Jaqueline Ariane Pereira da Silva, Miguel Ângelo Silva da Costa e Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi, da Universidade Comunitária de Chapecó/SC (UNOCHAPECÓ), levam a refletir sobre os processos educativos vivenciados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na esteira da historicidade do próprio movimento. Tendo como material de análise os Boletins da Educação produzidos pelo MST, no período entre 1992 e 1995, os autores observam a complexidade da constituição da escola pretendida pelo Movimento, que buscava dar respostas às repressões políticas, econômicas e sociais que vinha sofrendo. Nesta perspectiva, o foco estará na sua organização interna, estrutural, e o campo educacional encontrará suas bases nos princípios organizativos do MST, tornando-o uma referência, um agente educador, para a constituição dos processos educativos vivenciados na escola. A leitura do texto leva a observar o entrelaçamento entre a educação, o movimento de luta social e o assentamento, pois como dizem os autores, "a escola assume para si o desafio de fazer o assentamento 'dar certo'", ou seja, a escola, no período estudado, assume para

si, o desafio de conectar-se com as necessidades práticas que terá no trabalho seu princípio pedagógico e no MST seu sujeito Pedagógico.

A partir da imagem das múltiplas facetas de um mosaico, Vândiner Ribeiro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Marlucy Alves Paraíso da Universidade Federal de Minas Gerais provocam a pensar nas posições de sujeito exigidas pelo Movimento Sem Terra para seus integrantes. O argumento centra-se de que o currículo da escola do Movimento encontra-se imbricado em técnicas que propiciam a construção de modos específicos de “agir e de pensar às/aos Sem Terra”. Dentre as diferentes possibilidades de agir e pensar, destaca-se a necessidade de construção do “sujeito coletivo”, por intermédio de, pelo menos, duas táticas: a da unificação do grupo e a tática anti-individualista, que pressupõe práticas de solidariedade no grupo. A complementaridade destas técnicas acaba por convocar as pessoas para a tomada de decisões na coletividade e a se responsabilizarem individualmente por suas ações. Assim, a posição do sujeito coletivo assumido pelos Sem Terra torna-se fundamental para a constituição do próprio Movimento. A partir de então, as autoras vão sinalizando o quanto o currículo desenvolvido nas escolas vinculadas ao MST está implicado na construção de um modo de vida coletivo. No entanto, as posições de sujeito não são fixas, elas são interpeladas por diferentes instâncias: literaturas, telenovelas, histórias em quadrinhos, entre outros e, neste sentido, as táticas devem ser constantemente ativadas.

A partir de uma investigação realizada em dois Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra – MST, no município de Mari-Paraíba, Maria do Socorro Xavier Batista da Universidade Federal da Paraíba (UFP), desafia a compreender especificidades da infância camponesa: “seu universo social, lúdico, educacional, o que pensam da escola, da vida no campo”, para, a partir destas percepções, pensarmos em uma educação para e com os sujeitos do campo. De posse de um material empírico variado: entrevistas com pais, professores, crianças, além da análise de documentos do MST, a autora evidencia o quanto as brincadeiras e o brincar são destacados como relevantes para a infância sem-terra dos assentamentos, visto que estas veem-se envolvidas, juntamente com seus pais na luta pela Terra. O texto aponta as singularidades de uma infância no campo que ainda apresenta um maior contato com a natureza, por

intermédio de “brincadeiras ao ar livre, subir em árvores, colher e comer os frutos”.

É no contexto acima referido que convidamos o leitor a percorrer as múltiplas reflexões contidas nesse dossiê. Esperamos que essa publicação possa contribuir para a efetivação de uma Educação do Campo comprometida com os povos que vivem e tem suas esperanças advindas do Campo brasileiro.

Claudia Glavam Duarte - UFRGS
Conceição Paludo - UFRGS
Simone Valdete dos Santos - UFRGS
Organizadoras